



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 330 - DE 22 DE NOVEMBRO A 04 DE DEZEMBRO DE 2006 - R\$ 1,50

A posição proletária diante do racismo: Abolir definitivamente toda opressão racial!

**Teses da Corrente
Proletária da Educação
sobre a luta contra
a opressão racial**



**Pelo programa proletário
para o movimento estudantil**



**Bolívia: Evo é
incapaz de fazer
a nacionalização
dos minérios**

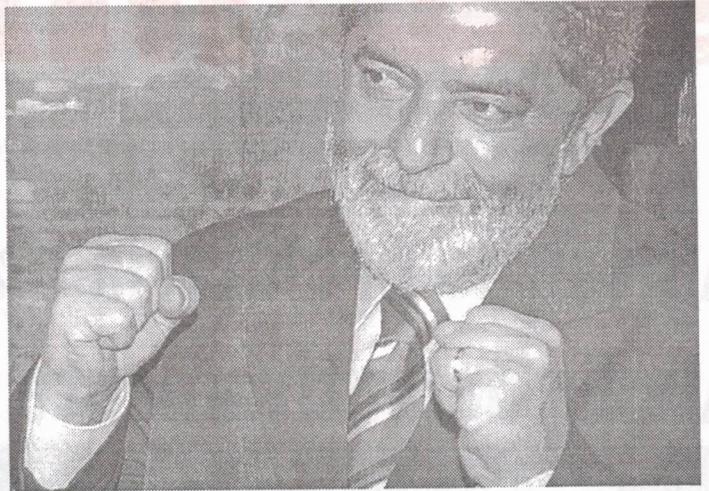
Denúncias**Eleições: “toma lá e dá cá”**

Passadas as eleições, volta e meia vêm à tona os setores econômicos que financiaram as candidaturas. Apesar das falcatruas que escondem parte do envio de dinheiro aos partidos, o Tribunal Eleitoral divulgou as maiores doações para a eleição de parlamentares. As empreiteiras entregaram 24,1 milhões; as siderúrgicas, 10,5 milhões; mineradoras e metalúrgicas, 8,7 milhões; o agronegócio, 4,5 milhões, os bancos, 4,3 milhões, petrolíferas, 3,1 milhões e as Bolsas, 2 milhões de reais. Os partidos que mais receberam foram: PT, PSDB, PMDB, PFL e outros menores como PDT, PCdoB, PPS etc. O PSDB e PMDB receberam mais das empreiteiras, siderúrgicas, agronegócio e Bolsas do que o PT. Os bancos doaram 1,6 milhão ao PSDB e 770 mil ao PT. Os grandes doadores foram a Vale do Rio Doce com 6,8 milhões; Gerdau, 2,4 milhões; Camargo Correia, 2,2 milhões; Construtora OAS, 1,9 milhão; Banco Itaú, 1,4 milhão; Aracruz Celulose, 1,2 milhão. Pela lei eleitoral, as doações são destinados aos partidos e estes distribuem aos candidatos preferenciais.

Rios de dinheiro são despejados pelos capitalistas para a eleição da maior bancada de deputados e senadores. É no Congresso que são aprovadas as licitações com empreiteiras, os subsídios à agricultura de exportação, a manutenção de juros e tarifas altíssimas que rendem lucros exorbitantes aos bancos e Bolsas e as leis de proteção aos latifundiários, as grandes empresas petrolíferas e a leis de privatização. As volumosas somas de dinheiro têm destino certo: aplicam-se nos homens que vão defender os interesses do grande capital. Para os capitalistas, não importa se o partido é o PT ou a oposição burguesa do PSDB/PFL. O que conta é a disposição dos partidos de continuar aplicando as diretrizes do imperialismo. A lei dos exploradores é a do “toma lá e dá cá”. As eleições são um instrumento da burguesia para manter a sua ditadura de classe.

Se levarmos em conta as eleições para os governos de estado, as doações foram também milionárias. Os bancos foram os maiores doadores. O Itaú, Mercantil de São Paulo, Unibanco, Alvorada e BMG encabeçaram a lista dos principais bancos. O Itaú aplicou quase 5 milhões nas eleições a governos de estado. Pelos dados ainda não concluídos, a candidatura de Aécio Neves (PSDB), de Minas Gerais, recebeu a maior soma dos bancos Itaú e Unibanco. Aloizio Mercante (PT) recebeu cerca de 2 milhões dos bancos Alvorada, Itaú, Unibanco e Alfa. A vitória de Jacques Wagner (Bahia) também se deveu às contribuições do sistema financeiro, da Companhia Vale do Rio Doce entre outras.

Para a presidência da República, tanto Lula quanto Alckmin tiveram suas campanhas patrocinadas pelos grandes capitalistas. Até o momento, o TSE não divulgou os dados.



De onde veio o dinheiro para as campanhas eleitorais milionárias

Esta aí por que dizemos que as eleições são o campo de disputa próprio da burguesia. Vencem os candidatos financiados pelos capitalistas. O PT, para chegar ao poder do Estado, precisou repetir a mesma receita de qualquer partido orgânico da burguesia. O financiamento eleitoral via Valério, denunciado pela oposição PSDB/PFL, que potencializou as candidaturas petistas em 2002, foi substituído por outros mecanismos sem atingir a essência do problema, que é a de onde vem o dinheiro para as riquíssimas campanhas eleitorais. O fato é que todos os partidos burgueses se valem da mesma fórmula para eleger suas bancadas ao congresso, aos governos de estado e chegar ao ponto máximo, a presidência da república.

A maioria explorada vem sendo arrastada por essas disputas eleitorais interburguesas. Os partidos fazem de tudo para alimentar as ilusões democráticas e canalizar o descontentamento para o campo das eleições. Isso porque essa é a via por onde a burguesia e seus candidatos podem dispor de todos os meios para desviar os trabalhadores de seu verdadeiro campo, que é o da luta de classe. A ausência de direções sindicais classistas e do partido revolucionário é um obstáculo à independência dos explorados. As direções sindicais (a CUT indicou Lula e a Força Sindical ficou com Alckmin) dividiram a classe operária para apoiar programas e candidaturas burguesas. O Partido Revolucionário atuou nas eleições defendendo as reivindicações das massas empobrecidas e o método da luta de classe. O pequeno número de votos nulos só vem a mostrar a necessidade de impulsionar o trabalho revolucionário, que tem como tarefa ajudar as massas a quebrar as ilusões eleitorais democráticas e potencializar o partido da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Abolir definitivamente a opressão racial

O que queremos com o movimento contra a discriminação racial? Queremos apenas diminuir e amenizar a opressão racial? Ou queremos erradicar toda forma de discriminação?

As respostas a estas perguntas não são complementares. Pretender diminuir e amenizar significa admitir a continuidade das diferenciações entre negros e brancos. O que quer dizer que o movimento luta para obter conquistas de direitos apenas para uma parcela da população negra. Implica aceitar que a discriminação é consequência apenas da existência de raças, de diferenças econômicas, culturais, religiosas e mesmo físicas (maior propensão para certas doenças). Para essa visão, o que está colocado é se obter do Estado (governos) direitos sociais de igualdade e direitos judiciais contra atos de discriminação.

Direitos sociais e repressão judicial não eliminam a discriminação e o preconceito. O Estado brasileiro se declara multi-racial e tem como crime a discriminação racial, no entanto, persiste a opressão racial. Não faltam disfarces para acobertar discriminações em situações como, por exemplo, na seleção do trabalhador, na distribuição do tipo de trabalho, na diferenciação salarial, no atendimento médico-hospitalar, na escola, nos tribunais, no atendimento em geral etc. E verificamos que quanto mais pobres são os negros, que é a grande maioria, mais acentuada, aberta e violenta é a discriminação.

A formação de uma camada de classe média negra nas últimas décadas, ainda que pequena, tem servido a representantes da burguesia para dizer que a população negra tem alcançado um lugar ao sol e que a discriminação tende a desaparecer com ações do Estado e com a evolução econômico-social do País. Com base nisso, o nosso movimento tem se restringido à posição de conquistar direitos limitados para uma pequena parcela da grande maioria negra oprimida, a exemplo do acesso ao ensino superior, de atores negros nas novelas, de jornalistas nos telejornais.

O mar de discriminação que nasce e se encontra nas relações de propriedade e de trabalho continua prevalecendo. E não tem como ser esvaziado com a can-



Pesquisas mostram: o negro é duplamente explorado; a mulher negra, triplamente.

quinha das políticas governamentais.

Ao contrário, coloca-se a necessidade de se eliminar toda discriminação. Trata-se de uma luta histórica contra a opressão racial, que não se limita ao Brasil. E que se manifesta inclusive na África negra. Ampliamos a visão para termos consciência do que significa a luta histórica contra a opressão racial.

Estamos em luta contra o racismo no interior do capitalismo. Há um vínculo indissolúvel entre raça e classe. Não é possível desvincular a situação da população negra da classe social a que pertence e muito menos separá-la da outra metade da população branca explorada e pobre. É impossível abolir a discriminação no capitalismo. Admitir o contrário, quer dizer admitir que a burguesia branca, a minoria da população (ou um de seus governos), irá cumprir a tarefa histórica de pôr fim à opressão racial.

Não há nada mais enganoso para o movimento do que pressupor o fim da discriminação racial sob a manutenção da exploração de classe. Não é por acaso que a esmagadora maioria dos negros pertence à classe operária e à classe camponesa pobre. Essa também é a condição da maioria da população branca.

O resultado da formação colonial escravista do Brasil foi a de formação étnica da população de quase metade negra e metade branca, sendo a maioria de miseráveis e pobres. A condição escrava dos negros os colocou como base de formação do capitalismo e de acumulação de riqueza para a felicidade da burguesia branca. Pagaram e pagam por esse lugar na história do País com a dupla opressão: a de classe e a racial. Isso expli-

ca por que a formação da reduzida camada média negra ocorreu tão tardiamente e porque os negros e negras da pequena burguesia continuam a sofrer discriminações, mais ou menos disfarçadas.

Não faltam reações segregacionistas contra a ascensão de negros para a classe média. Os prejuízos raciais das camadas brancas pequenos burguesas são visíveis.

É um erro grave do movimento se dirigir a fortalecer a camada negra da classe média, descuidando da grande maioria negra proletária. É fatal para a luta contra o racismo acreditar que a ampliação da pequena burguesia negra constituirá uma força social contra as discriminações da maioria. Corre-se o risco de afastar a camada negra avançada política e culturalmente da imensa maioria pobre. Em certo sentido é o que se passa com a classe média branca, que se desenvolveu enormemente também nas últimas décadas.

Apesar da presença negra ser insignificante no seio da burguesia, não deixam de se verificar as diferenciações sociais no interior das massas negras. A ascensão e o desenvolvimento de uma fração de classe média negra são parte do processo econômico e social do capitalismo e são do interesse da classe capitalista branca. A pequena burguesia negra vê com maior clareza as diferenciações e reage ao odioso racismo. Isso é totalmente positivo para o movimento anti-racista. Mas a raiz do problema e da solução está nas camadas mais profundas das massas negras proletárias.

A resposta que separa a opressão ra-

cial da opressão de classe, que isola as reivindicações das massas negras pobres das da camada média e que não parte da união dos trabalhadores negros e brancos contra a exploração, é pequeno-burguesa, por isso fracassará. Pior ainda: retardará a elevação da consciência social da maioria negra sobre a dupla opressão – de classe e racial.

Não se pode apagar o fato que os africanos escravos deram lugar à formação da classe operária e nesse processo foram incluídos os imigrantes europeus (italianos, espanhóis, portugueses). Verifica-se que parte dos imigrantes enriqueceu e se aburguesou. A maioria formou a classe operária. Mas os negros escravos constituíram os fundamentos da classe operária brasileira. E não por acaso arcaram com o maior peso da opressão de classe e com a opressão racial.

Sem abolir a escravidão moderna – o sistema assalariado – não há como abolir o racismo. Isso quer dizer que as tarefas e reivindicações particulares à opressão racial são parte do programa socialista da classe operária.

Há discriminações que só podem ser respondidas pelo conjunto da classe operária. A preferência que os empregadores dão aos brancos só pode ser combatida com a bandeira de emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho e sob vigilância dos trabalhadores organizados. A pequena presença de negros nas universidades traz consigo a pobreza da

maioria negra e a restrita classe média negra que não pode pagar os estudos. Qual é a bandeira? Ensino público e gratuito a todos, estatização de todo sistema de ensino e fim dos vestibulares. Mas a maioria, para estudar, necessita de trabalho e salário à altura. Combinamos então a escala móvel das horas de trabalho com o salário mínimo vital para a família de 2.500 Reais. Os capitalistas discriminam salarialmente o trabalhador negro (tanto mulheres quanto homens). Resposta: trabalho igual salário igual e controle operário da produção. Os hospitais discriminam: estatização do sistema de saúde e controle popular. Os camponeses morrem de fome: expropriar os latifúndios e nacionalizar as terras.

Esta luta deve se dirigir contra o Estado e seu governo, que defenderão os interesses da classe capitalista. A estratégia do programa é a de transformar a grande propriedade privada em propriedade coletiva. E, para isso, é necessário lutar por um governo da maioria oprimida – por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado, da maioria, contra a ditadura burguesa, da minoria exploradora e racista).

O movimento da consciência negra deve ser um movimento de consciência de classe – um movimento da maioria explorada.

Lutemos contra toda forma de opressão. Fim de toda forma de racismo. Unidade na luta dos trabalhadores e da juventude negros e brancos.

Publicamos parte da tese a ser defendida pelo POR/Corrente Proletária da Educação no próximo Congresso da Apeoesp.

Rechaçar todas as formas de discriminação racial e de classe sobre os negros

O negro africano entrou na História do Brasil acorrentado. Sujeito a todo tipo de maus-tratos e obrigado a exercer as mais diversas formas de trabalhos, nas plantações de cana-de-açúcar, nos engenhos, nas minas de extração de metais e nas cidades. Sentiu com sangue e suor a exploração da classe dominante. O capitalismo foi introduzido no Brasil na forma da escravidão negra e, em menor medida, índia.

A luta contra a opressão de seus senhores e pela liberdade expressou-se sobretudo na criação de quilombos. Foi essa a forma encontrada para a resistência dos explorados. O problema é que a convivência desses quilombos com a sociedade capitalista em desenvolvimento, isto é, sem aniquilar esta última, acabou levando à repressão dos lutadores em mais uma edição de massacres, tão próprios da história das sociedades de classes.

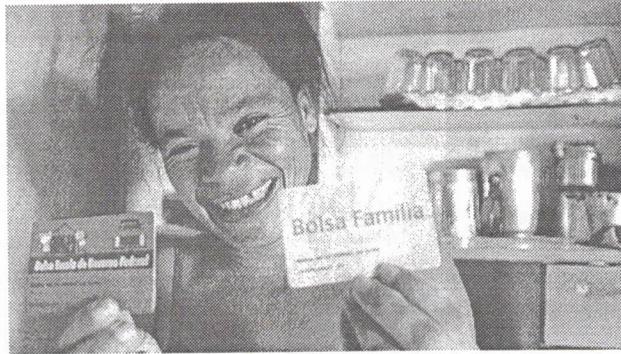
O fim da escravidão, no Brasil e no restante da América, acabou vindo por meio dos interesses imperialistas, sobretudo britânicos. Como herança maldita da opressão, entretanto, ficou a discrimi-

nação e o preconceito criados para justificar a anterior sujeição de africanos. Além da distância entre brancos e negros em todas as esferas sociais. Aos negros foi negado o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à participação integral na sociedade. Conforme o capitalismo se consolidava no país, investia na exploração de outros povos (imigrantes), deixando uma enorme parcela de negros à míngua.

Atualmente, a matriz do proletariado brasileiro está no trabalhador negro. Quase metade da população brasileira é composta de afro-descendentes (53,7% é branca e 44,7% é negra). Destes, a quase totalidade são proletários e camponeses. Comparada com esses últimos, a população negra de classe média é pequena e comparada com a classe média branca também o é. Assim, o problema da discriminação do negro teve e tem uma base material: o surgimento e a sobrevivência do modo de produção capitalista através da exploração dos negros. Trata-se de uma opressão de classe que se expressa em vários aspectos da vida social.

Não por acaso, os dados indicam que, entre os 10% mais pobres, os negros são maioria (70%). O analfabetismo atinge também mais os negros (18,7% contra 8,3% da taxa de brancos). O número de mortes por cem mil habitantes, em todas as faixas etárias, é maior entre os negros, sobretudo na faixa entre 20 a 24 anos (404 de negros contra 102 de brancos). A juventude negra, de 18 a 24 anos, que consegue ingressar na universidade é de apenas 2,5%, enquanto a branca é de 11,7%. A expectativa de vida do negro é de 66 anos e a do branco de 72 anos. A renda per capita do branco é de R\$ 406,53 e do negro de R\$ 162,75.

Desconsiderando a opressão de classe, tornou-se comum a defesa de políticas “compensatórias”, cujo exemplo mais abrangente e recente é o Estatuto da Igualdade Racial, atualmente paralisado no Congresso Nacional. Os defensores do Estatuto partem da premissa de que a igualdade jurídica não abrange os negros, os quais, na prática, são discriminados. Daí a reparação desse dano se dar através de cotas e da afirmação de direitos.



Os programas sociais do governo, usados amplamente para fins eleitorais, não amenizam a opressão racial

Sem dúvida, a maioria negra não é igual perante a lei. Mas a minoria branca também não o é. Isso ocorre porque a esmagadora maioria da população é composta de trabalhadores e quem elabora as leis é a minoria burguesa, através dos partidos da ordem. Assim, todo o ordenamento jurídico foi construído sobre a propriedade privada dos meios de produção e sobre as relações capitalistas de trabalho. Os defensores do Estado e o movimento negro desconsideram que a discriminação racial assenta-se na divisão de classes. Ao desconsiderarem isso, acreditam poder amenizar a opressão sobre os afro-brasileiros, adotando medidas particulares por meio do Estado, portanto, do reconhecimento por parte da burguesia branca e seus partidos.

Por outro lado, esses aspectos não poderiam mesmo ser considerados já que a suposta defesa do negro, isto é, a "inclusão racial e social", tem se restringido ao âmbito da política parlamentar e do Estado burguês. Os defensores das cotas acreditam que esse Estado, por atos parlamentares, pode fazer algumas concessões e estabelecer proteções. Socorrem-se do aparato de domínio de classe e de sustentação da opressão racial para incorporar direitos a uma minoria negra. São ilusões reformistas oriundas do PT e de uma ala clerical (Educafro etc.). As massas profundamente atingidas pela exploração não são mobilizadas para arrancar concessões por meio da luta de classes. Eleições, negociações parlamentares, movimentação de intelectuais e abaixo-assinados – esse é o campo em que se pretende vencer a batalha contra a discriminação.

O fato da discriminação racial estar assentada na divisão de classes não poderia ser considerada também porque a elaboração do Estatuto parte das aspirações pequeno-burguesas, que separam a camada média pobre negra da imensa massa de proletários e camponeses, de pobres e desempregados, sobre os quais recai o maior peso da dupla opressão – a social (de classe) e a racial. Formou-se uma camada média negra, que vem incorporando vagarosamente os valores capitalistas. Esta é a base social do movimento de cotas. Base que não expressa as reivindicações da imensa massa de negros, que

vivem miseravelmente. O capitalismo usa fartamente a pequena-burguesia para seus fins sociais, políticos e ideológicos. Por isso, é um grande erro fortalecer essas aspirações pequeno-burguesas.

O aspecto mais forte do Estatuto consiste nas cotas para a Universidade e para a mídia (presença no vídeo de atores negros); e em seguida para os cargos estatais (funcionalismo público). As cotas para empregos em fábricas e comércio não constituem uma exigência, deverão ser alcançadas através de incentivos fiscais aos empregadores, os quais utilizarão as cotas para extorquir o Estado.

Como visto, os redatores do Estatuto não pleitearam a obrigatoriedade para os capitalistas, porque certamente se guiaram pelo realismo pequeno-burguês de não lutar contra o poder da propriedade privada dos meios de produção, de onde emana toda a opressão (social, racial, nacional etc.). O problema central da escola, do emprego e do salário de fome, que atinge a maioria, nem de longe é tocado. Milhões de jovens negros não passarão do ensino fundamental, grande parcela continuará a viver de migalhas e o desemprego não deixará de ser o maior dos tormentos. E os mentores do Estatuto e das cotas continuarão a dizer que o problema não é de classe, mas eminentemente racial.

O aspecto da religião é mais um ponto crítico do Estatuto, sobretudo para os que defendem a escola laica. Pretende que o Estado dê proteção à religião. Caberia ao poder público coibir discriminações contra a religião de matriz africana, dar acesso aos meios de comunicação e promover incentivos às instituições religiosas para fins "sócio-educativos", portanto, abrir as portas para a religião africana, da mesma maneira que faz com as demais (católica e protestante, princi-

palmente). Ao invés de combater os privilégios que o Estado e a burguesia dão às religiões e às igrejas, que servem ideologicamente aos opressores e se assentam na defesa da propriedade privada dos meios de produção, fazem a sua defesa e querem ter os mesmos "direitos" (favores).

A idéia de levar o Estado burguês a reconhecer gradativamente a discriminação – tal como queriam os escravocratas no processo de liberação dos escravos – e assumir medidas compensatórias é utópica e restringe a violência de classe (autodefesa) das massas. Esse elemento é preocupante porque o ponto de partida da luta contra a discriminação racial está na organização das camadas proletárias negras mais profundamente atingidas pela exploração capitalista.

A política proletária parte da situação das classes sociais, sem desconhecer por um só segundo outras formas de opressão – a racial é de suma importância no Brasil. A revolução proletária depende da massa negra trabalhadora; da mesma maneira a sobrevivência do capitalismo depende de manter na inércia essa multidão oprimida.

A revolução proletária tem uma tarefa particular no Brasil (como tem nos Estados Unidos, Haiti, África do Sul etc.): pôr fim à opressão racial, que tem sua raiz na escravidão. Ocorre que entre os outros 50% da população branca, também a maioria faz parte do proletariado e dos camponeses, contando com uma classe média mais vasta, cujos laços com o capitalismo são mais amplos e profundos. Por isso, para arrancar as reivindicações da burguesia, qualquer que seja, é necessário unir negros e brancos explorados e oprimidos.

São partes do programa da classe operária as reivindicações contrárias às discriminações: trabalho igual, salário igual, emprego a todos, escola a todos, em todos os níveis, a cada um de acordo com sua potencialidade e necessidade, saúde sem discriminação, acesso à moradia, fim da opressão à juventude negra, igualdade política e social etc. Há problemas imediatos que unem os trabalhadores brancos e negros: o emprego e o salário. Também os une a defesa de reivindicações que dão respostas a estes problemas por meio da luta direta.

Rondônia

A disputa eleitoral para reitor da UNIR aconteceu em meio aos ataques da burocracia universitária sobre alunos e professores

A disputa pela reitoria na Universidade Federal de Rondônia foi aparentemente acirrada, na medida em que qualquer chapa vitoriosa seguirá os mesmos caminhos da administração anterior, de dar continuidade ao processo de privatização já instalado. O número de candidatos chegou a um patamar jamais visto desde que conhecemos esta universidade.

São cinco candidatos a vice-reitor e três a reitor, cujas candidaturas entre eles não se interligam, porém, três chapas se uniram aos seus respectivos vices preferenciais nas propagandas eleitorais com as seguintes características:

1 – Chapa composta pelos professores Osmar Siena e Osvaldo Copertino chamou atenção por sua Campanha com slogan “UNIR AGORA”. Estes são partes da administração atual, que fortalecem o papel das fundações e não se põem à criação de mais um mecanismo de entrega do ensino público ao setor privado – as fundações de amparo à pesquisa. O primeiro é diretor atual do Campus da cidade de Vilhena, onde favoreceu o surgimento de uma fundação local que atende ao Campus onde trabalha. O segundo é parte da burocracia da atual administração da UNIR.

2 – Na chapa “UNIR COM MUITA HONRA!”, encontram-se os professores Januário Amaral e Ivonete Tamboril, ambos militantes do PT. O primeiro é vice-reitor e Ivonete é professora recém concursada que trabalha no curso de pedagogia do Campus da cidade de Vilhena. Ambos são militantes do PT e apresentaram em programa com ênfase em, junto ao governo do Estado, criar mais um mecanismo de privatização do ensino superior, afirmando tratar-se de uma Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Rondônia, que já possui até um nome – FAPERÓ. Para esta chapa é pouco vender serviços de graduação e pós-graduação, agora é preciso vender as atividades de pesquisa extensão. Em consequência, limitar as liberdades de pensamento e expressão. Essa é uma

condição para despertar os interesses dos exploradores, e buscar financiamentos de pesquisas junto as empresas capitalistas.

3 – Na chapa intitulada “DESATANDO NÓS E CRIANDO LAÇOS”, encontram-se os candidatos professor Ari Ott e a professora Valterlina Brasil para a vice-reitora. O primeiro que foi vice-reitor está candidato à reitoria e a segunda como vice-reitora pertence ao Departamento de Educação em Porto Velho. Todos apresentam em comum, por mais que se diferenciem em alguns detalhes, projetos que fortalecem as fundações, portanto são subservientes aos interesses do Banco Mundial/MEC/governo PT/Lula de privatização do ensino superior.

A candidata à vice-reitora, Tânia Brasileiro, professora do departamento de educação do Campus de Porto Velho, apresentou o seu programa intitulado “Compromisso com a Comunidade” e o candidato professor Marinaldo, do departamento de matemática, que não apresentou nenhum programa impresso para propaganda eleitoral, ficou na 4ª posição em votos. Ambos se reivindicam de candidaturas “independentes”.

Posição do POR/Corrente Proletária da Educação

A Corrente Proletária da Educação e Estudantil conclama os estudantes, funcionários e professores a rechaçarem essas candidaturas e se aliarem a um programa revolucionário que defende o ensino público em todos os níveis, a universidade pública, laica e vinculada à produção social.

Por tudo que foi exposto acima, nós da Corrente Proletária da Educação e Estudantil, defendemos o **VOTO NULO**, também nestas eleições para reitor da UNIR, pelo fato de nenhum candidato representar os interesses de pôr de pé um programa de administração da universidade que defenda os interesses

das maiorias oprimidas, trabalhando no meio do ensino, pesquisa e extensão, tendo por base do conhecimento a produção social, o que implica comprometer-se com a luta pela abertura de postos de trabalho para toda juventude se quiser conquistar também a consolidação do ensino público, único, laico e gratuito dentro da universidade, a escola autenticamente científica e vinculada à produção social, defendendo o fim do ensino pago; fim das fundações; fim dos vestibulares, com a abertura de vagas para todos que concluíram o ensino médio, tirando a administração e o controle do ensino das mãos do Estado, a ele cabendo apenas a manutenção financeira, bandeiras pelas quais nenhum dos candidatos se comprometeram.

Resultado das eleições

As eleições aconteceram no último 26 de outubro e o processo de apuração encerrou culminando no indicativo de uma “nova” disputa entre as chapas “UNIR AGORA” e “UNIR COM MUITA HONRA”. A solução do impasse será dada pela reunião do CONSUN. Decidirá se vai acontecer novo processo eleitoral, contemplando os alunos do Programa de Habilitação de Professores Leigos – PROHACAP, que freqüentam a Universidade em período de férias, ou se o Conselho acata a base da apuração com os votantes dos cursos regulares. Seja qual for a chapa que assuma a reitoria, para a base da universidade, apenas muda o corpo burocrático que irá dar continuidade à opressão de classe, para o que o sistema capitalista destina a universidade, como cumpridora do papel de reproduzir e divulgar conhecimentos e pesquisas em prol da burguesia. Irão dar continuidade às propostas anteriores de continuar aceitando os cortes dos investimentos do ensino superior, atender ao funcionamento precário da universidade e fortalecer os mecanismos de privatização, mantendo as fundações e propondo a abertura da. Fundação de

de Amparo à Pesquisa no Estado de Rondônia – FAPERRO.

O POR chama os estudantes, funcionários e professores a votarem nulo em defesa do ensino público, gratuito, científico.

Ainda não temos uma forte fração revolucionária nas entidades estudantis, do ensino superior ao fundamental, capazes de realizar a unidade da luta estudantil junto aos operários e camponeses, empunhando o programa revolucionário neste setor como parte da luta geral pela revolução proletária.

O DCE, órgão estudantil, não exhibe resistência a todo esse desmonte da UNIR. Em meio à eleição para reitor, não se tem notícia de nenhuma manifestação de resistência dos acadêmicos, até porque trata-se de uma gestão conciliadora com as propostas do governo – direção reformista e estalinista.

No momento em que se organiza o pleito, os pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia foram convidados para participar da **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**, no dia 16 de outubro, que foi criado há três anos por decreto presidencial e, neste ano, Rondônia abrigou 150 eventos em vários municípios. Dez dias após este evento, ou seja, dia 26 de outubro, no seu momento da abertura, com a participação de Rondônia, foi realizada a mesa redonda e, nela, foi debatida a criação de Fundações de Amparo à Pesquisa. Para essa mesma ocasião, foram convidados para compartilhar a mesa presidentes das Fundações de Amparo à Pesquisa do Acre, do Amazonas, Presidente da SBPC, CNPq, CAPES e pesquisadores vistos pela academia como de “competências consolidadas”, o que significa dizer aqueles que concordam com a criação de fundações.

O que avaliamos nesse contexto é que, ao invés desses candidatos se levantarem contra o surgimento de mecanis-

mos que aprofundam a privatização da universidade, fazem coro com a proposta, na medida em que, no caso dos candidatos eleitos, “UNIR COM MUITA HONRA”, já indicaram no seu programa a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Rondônia – FAPERRO. Os demais que não tocaram no assunto em seus programas, mas por outro lado, não puseram uma vírgula contrária ao surgimento desta nova fundação ou pela defesa da expropriação dos bens da Fundação Rio Madeira – Riomar (incorporando ao patrimônio da UNIR), ou mesmo contra o surgimento da FAPERRO, nem também contra a terceirização dos serviços dentro da universidade e o corte de investimentos públicos. Todos fazem coro também à famigerada **gestão democrática** que traz a superexploração de trabalho de todos os servidores do ensino superior.

A chamada dedicação exclusiva, neste caso, não passa de verdadeira escravização para aqueles que não se curvam diante das pressões da burocracia interna e do estado. Criaram as comissões de trabalho com portarias de produtividade, das quais não se pode escapar, sob ameaça do achatamento salarial. Estas portarias substituem praticamente atividades que seriam exercidas por auxiliares administrativos que, ao se aposentarem, não são substituídos. Mesmo que a demanda exija novas contratações independentes de aposentadorias, isso não acontece.

Para suprir parte dos serviços de secretaria da universidade, foi criado o Sistema Integrado de Gestão Universitária - SINGU, que obriga os professores a se sobrecarregarem de tarefas e realizarem parte destas que seriam pertinentes aos auxiliares administrativos. Isso em nome da “Excelência” e “Qualidade Total” na Educação. Situação que fomenta o desemprego, a terceirização e cortes de investimento no ensino superior público e ocupa tempo dos docentes, que poderia ser dedicados ao ensino e pesquisa. Essas questões sequer foram tocadas por nenhum dos candidatos à reitoria e

vice-reitoria.

Nesse contexto, a Corrente Proletária da Educação e Estudantil intervém na defesa na universidade pública, laica e gratuita para todos e vinculada à produção social, que pressupõe que nenhum jovem e pai de família esteja fora dos postos de trabalho; nenhum jovem fora da escola; escola para todos e em todos os níveis; autonomia da universidade, que diz respeito ao financiamento público do ensino e administração pedagógica e financeira do seu funcionamento por quem nela estuda e trabalha, ou seja, o conjunto dos estudantes, professores e funcionários deve ter o direito de dirigir os destinos da UNIR. Isso significa que poderão dirigir por um governo tripartite, e não apenas aqueles professores que são titulados como doutores. O coletivo de estudantes, funcionários e professores poderá administrar e deliberar acerca de suas necessidades gerais e imediatas e das necessidades adequadas ao funcionamento da universidade científica, combinando estudo e trabalho, como base para a combinação do fazer e do pensar – o vínculo entre teoria e prática – a ligação do trabalho manual e intelectual.

Sabemos que estas bandeiras se chocam com os interesses da escola capitalista, que a consolidação se dará com a construção do socialismo; porém é preciso compreender que a luta pela construção da escola científica precisa ser construída a partir de agora, no enfrentamento com os interesses da classe dominante, denunciando os verdadeiros motivos do fracasso de docentes e discentes nas avaliações, que têm como prioridade desempregar professores e avaliar os alunos para justificar rearranjos de verbas e privatização. Por isso, nos colocamos na defesa do fim do ENEN e ENADE e todo tipo de seleção e avaliação que desconsidera o verdadeiro sentido da ciência e avalia o ensino repetitivo e enfadonho dos muros das universidades, desligado da vinculação com a prática produtiva.

**Curso de Formação Política Permanente do POR: História das Revoluções
“A Revolução Chinesa de 1949”
No primeiro domingo do mês - informe-se com o distribuidor deste jornal**

Eleições ao CA de Serviço Social / PUC:

Em defesa do programa proletário e de luta para o movimento estudantil

As eleições para o Centro Acadêmico permitem as chapas exporem seus programas. Os estudantes devem votar no programa. Quanto mais claras forem as idéias, concepções, princípios e reivindicações, mais politizada será a disputa eleitoral e melhor visão crítica terão os estudantes. O fato de concorrer apenas uma chapa, como no caso do CA da Faculdade de Serviço Social, não modifica a necessidade de um programa bem fundamentado e bem definido. A Corrente Proletária Estudantil (CPE) participa da Chapa "Nem Pacto, Nem Trégua – Retomar a Luta", mas considera que o programa tem falhas e que por isso expomos aspectos, bandeiras e posições políticas complementares, sem prejuízo de defender e trabalhar por sua eleição. A constituição da chapa com a participação de várias correntes e independentes foi necessária diante do desmonte que sofreu o CA pela inércia e abandono praticados pela diretoria anterior, identificada com o petismo. De nossa parte, apresentamos nas reuniões pontos programáticos e visão de programa que não foram incorporados. Assim, tendo em conta o rigor com as posições programáticas, divulgamos resumidamente os principais pontos.

1. Educação Pública

A defesa do ensino público é uma tarefa de primeira grandeza para o movimento social em geral e para o estudantil em particular. O avanço da privatização do sistema de ensino e da mercantilização da educação é notório. A apropriação privada do ensino, da educação e do conhecimento se contrapõe à educação como uma atividade e um bem público. O crescimento da privatização do ensino superior veio e vem em detrimento da Universidade pública. O Estado e seus governos incentivam a proliferação do ensino mercantil e sufocam o ensino público. A reforma universitária do governo Lula não modificou essa política, pelo contrário. Os empresários foram favorecidos com o ProUni e com ampliação da legislação facultando o ensino a distân-

cia. Nossa resposta: 1. Fim das reformas privatistas; 2. Estatização sem indenização do sistema privado de ensino, vagas para todos, fim dos vestibulares; 3. Sistema único e ensino público, gratuito, laico, científico e ligado à produção social.

2. Crise da PUCSP

A intervenção da Fundação São Paulo na PUC expôs sua condição de universidade privada. Por um tempo, viveu-se a ilusão de que a PUC pertencia à comunidade e que era pública não estatal. A crise financeira foi utilizada pela Igreja para modificar relações administrativas que limitavam a interferência dos proprietários. De agora em diante, a PUC tem de ser lucrativa. A sua condução administrativa ficará centralizada pela Fundação. Essa mudança implica limitar ao máximo o poder da burocracia universitária, que procurava manter algum contato com as bases da instituição, principalmente com os professores. Está em andamento a remoção de estruturas e de funcionamento: reforma dos estatutos, mudança nos departamentos, quebra de acordos trabalhistas e limitação dos espaços políticos via burocratização, cerceamentos e repressão. Diante disso: 1. Fim da intervenção da Fundação; 2. Fim da remodelação mercantilista; 3. Não fechamento de cursos; 4. Que nenhum estudante pobre seja desligado da PUC; 5. Controle da universidade pelos três setores – estudantil-funcionário-docente; 6. Autonomia e democracia universitárias; 7. Estatização da PUC.

3. Independência e democracia no movimento estudantil

A organização nacional dos estudantes depende da UNE. Sem a centralização nacional, as universidades ficam isoladas umas das outras. A fragmentação dos estudantes só pode ser superada por uma política que organize a luta de massa sobre a base de um programa e de combate às medidas governamentais que impulsionam a privatização e golpeiam o sistema público de ensino. O problema está em que a direção da UNE (PCdoB/PT) compactua com o governo

e defende as reformas neoliberais. Essa posição tem levado à estatização da UNE, tornando-a correia de transmissão da política burguesa – inclusive imperialista (exigências do Banco Mundial etc) – para dentro da universidade e do movimento estudantil. Por sua vez, os Centros Acadêmicos, que são organismos de base, se encontram atomizados e burocratizados. As direções pró-governamentais da UNE e as direções corporativistas dos CAs constituem uma trava à organização nacional e local das lutas pelo programa de defesa da educação, do seu controle pela população trabalhadora e de acesso a todos. Está colocada a luta: 1. Independência das organizações estudantis do Estado e dos seus agentes; 2. Desburocratização da organizações estudantis; 3. Estabelecimento da democracia: congressos que representem todas as forças, com delegados eleitos na base e com livre expressão, critério de proporcionalidade para a formação da direção eleita; 4. Assembléias soberanas; 5. Constituição dos DCEs; 6. Conselho de Centros antiburocrático e centralizador das lutas. 7. Formar uma nova direção programática e combativa para o movimento estudantil.

4. Liberdades políticas e organizativas

A repressão contra as manifestações estudantis tem se feito sentir também na PUC/SP. O processo de mercantilização da universidade obriga o patronato a combater com autoritarismo a luta coletiva. E nas universidades públicas o mesmo se passa, uma vez que a burocracia dirigente (Reitor, conselheiros) atua como força mutiladora do seu caráter público e gratuito, estabelecendo "parcerias" com empresas e criando paralelamente cursos pagos. Na PUC, as investidas repressivas têm crescido progressivamente, com as sindicâncias e as ameaças de criminalização das lideranças e dos mais combativos. Até mesmo a liberdade de expressão vem sendo cerceada, com a segurança perseguindo quem prega cartaz (enquanto os comerciais são permitidos). Mas devemos

ter claro que a defesa das liberdades políticas não se atém às universidades. Não há direito de greve real para os assalariados. Os instrumentos repressivos são vários. A criminalização do MST é outro reflexo da repressão estatal. Devemos ter uma visão mais ampla da defesa das liberdades políticas e organizativas. Portanto, defender: 1. Fim da criminalização dos movimentos; 2. Fim das comissões de sindicância; 3. Direito irrestrito de greve, manifestação, expressão e organização; 4. Libertação dos presos políticos; 5. Fim dos processos contra membros do MST e grevistas.

5. Estudo e trabalho

Cerca de metade dos jovens está desempregada. São milhões. O governo e os capitalistas criam a ilusão de que os estudos solucionam esta chaga. Mas, depois de anos na universidade, muitos não encontram emprego. Uma grande parcela vai trabalhar em profissão completamente diferente de sua qualificação universitária. E cada vez mais os salários são rebaixados. O desemprego, os salários reduzidos e as jornadas exaustivas impedem milhões de jovens de continuar os estudos. A parcela que consegue passar pelo funil da pobreza e entrar na universidade não tem como se dedicar aos estudos. Falar em excelência acadêmica é acobertar o caráter de classe do ensino e sua decadência. A cultura dominante no capitalismo serve aos interesses comerciais, mesquinhos e para imbecilizar. Não se pode embelezar a universidade dominada pela burocracia, pelo conservadorismo, pelos empresários da educação e pelas igrejas. O ensino está totalmente divorciado da produção social e alheio às necessidades mais elementares das massas trabalhadoras e da juventude. O movimento estudantil deve lutar: 1. Por trabalho a todos, que

nenhum jovem esteja fora do trabalho e da escola; 2. Por uma jornada de trabalho e um salário compatível com os estudos; 3. Que o ensino esteja vinculado à produção social, em que haja a unidade entre a teoria e a prática.

6. Movimento social

O movimento estudantil é parte dos movimentos sociais. Nos centros fabris, ocorre o movimento operário; no campo se desenvolve o movimento camponês. Os trabalhadores da cidade e do campo se organizam e usam sua força coletiva para enfrentar a exploração e a miséria. A classe operária é a coluna vertebral que sustenta o funcionamento do capitalismo. Ocupa um lugar central na produção social (trabalho coletivo). Eis por que o movimento socialista tem suas raízes no proletariado e em nenhuma outra classe social. O movimento estudantil para ser transformador deve estar unido ao da classe operária, colocar-se sob seu programa socialista. Mas essa unidade não se dá mecanicamente. Há todo um caminho de luta a percorrer para que a maioria estudantil oprimida se politize e eleve-se à consciência socialista. Terá de superar as correntes políticas e as direções pequeno-burguesa. A luta por um programa classista no seio do movimento estudantil é o ponto de partida para vincular os estudantes ao movimento da classe operária, que por sua vez tem de se libertar das direções pró-capitalistas e burocráticas. O apoio dos estudantes à luta dos camponeses contra o latifúndio e a miséria é necessário para que avance a luta geral dos explorados contra o capitalismo. Temos de ter claro que a maioria oprimida a constituída pela classe operária, camponesa e classe média urbana. Unidos em torno do programa socialista da classe operária, a maioria organizada

pode derrotar o poder burguês e estabelecer um governo operário e camponês. É necessário transformar a grande propriedade privada em propriedade coletiva (social) para resolver todas as contradições da sociedade de classe. Alguns pontos dessa luta: 1. Construir a unidade operário e estudantil; 2. Apoiar o movimento camponês de luta pela terra;

7. Apoio internacional às lutas

As guerras no Oriente Médio (Iraque, Palestina, Líbano) e Ásia Central (Afeganistão) tendem a se espalhar e recrudescer se o imperialismo não for combatido no mundo todo. A barbárie salta às vistas. Estados Unidos e demais potências não admitem que nações e povos economicamente atrasados controlem suas riquezas naturais e reajam contra a opressão externa. Exercem o domínio monopolista com o poder econômico e o poder das armas. A revolta dos povos oprimidos é legítima e necessária para avançar a luta contra toda forma de domínio contra a maioria. Na América Latina, as massas exploradas se levantam contra o atraso econômico e a pobreza. Começam a se organizar em forma de assembleias populares e comitês, ganhando força diante dos governos e do imperialismo. A juventude toma parte ativa das lutas. Na Europa e Estados Unidos, a luta dos imigrantes tende a crescer. A juventude também assume a frente dos combates, à exemplo dos pobres dos subúrbios na França. Essa realidade de lutas nacionais e lutas de classe devem ser encarada seriamente pelo movimento estudantil. É necessário defender: 1. Derrotar a ofensiva bélica das potências contra os povos oprimidos; 2. Derrota da guerra de Israel aos palestinos e libaneses; 3. Apoio aos movimentos dos trabalhadores e da juventude; 4. Denúncia sistemática da barbárie imperialista.

PUC/SP: Publicamos abaixo os pontos que a Corrente Proletária Estudantil defendeu junto aos estudantes no processo de construção de uma chapa para o CA de Serviço Social da PUC/SP

1. Defesa da autonomia e democracia universitárias

- Fim da intervenção da Fundação
- Eleição direta para todos os cargos da universidade por meio do voto universal, com participação dos três setores
- Soberania das eleições (sem lista tríplice e homologação pela Fundação)
- Critério de revogação do mandato

- Instituição da Assembleia Universitária
- Governo tripartite da Universidade

2. Defesa do ensino público

- Estatização sem indenização do sistema privado de ensino - Sistema único, público, gratuito, laico e científico
- Fim dos vestibulares
- Acesso direto à universidade a todos

3. Educação vinculada à produção social

- Ensino científico
- Unidade entre teoria e prática
- Emprego a todos estudantes
- Jornada compatível com os estudos

4. Enfrentar a mercantilização da PUC

- Nenhuma exclusão de aluno pobre da universidade

- Organização da luta dos inadimplentes
- Luta contra as altas mensalidades
- Controle das Bolsas pelos três setores (comissão eleita)

5. Independência do movimento estudantil

- Entidades estudantis livres e independentes das ações de reitorias, burocracias, governos e partidos da burguesia
- Construir novas direções programáticas, classistas e vinculadas à luta do conjunto dos trabalhadores
- Formação do DCE
- Conselho de Centros anti-burocrático e anti-corporativo

Publicamos abaixo manifesto da Corrente Proletária Estudantil distribuído no curso de Turismo do Cefet-SP. Estava sendo organizada uma chapa para concorrer ao CA, que apresentou um programa que tinha como essência a utilização do CA para pôr em pé uma empresa júnior. Contra isso, a CPE debateu a necessidade de chamar a construção de uma chapa de luta, que se fundamentasse em 5 pontos: defesa de um CA de luta e mobilização pelas reivindicações dos estudantes; defesa da universidade pública e gratuita para todos e contra toda privatização; defesa de um CA independente da direção, dos governos e da burguesia; defesa de um CA democrático e de livre expressão e manifestação estudantil; defesa de um CA baseado nas assembleias e decisões coletivas. Distribuímos também este manifesto, que defende nossa posição diante do CA.

Cefet (Turismo): Por uma direção de luta no CA!

Temos vivenciado em nosso curso uma série de problemas, que afetam nossa vida escolar: temos de pagar pelas viagens técnicas que precisamos fazer, e muitas vezes isso não é possível; há falta de livros na biblioteca, o que dificulta muito nosso estudo; as salas de aula estão em condições precárias; não temos um restaurante subsidiado ("bandejão"), que permita nos alimentarmos enquanto permanecemos estudando ou quando temos de vir do trabalho; os estágios que realizamos são feitos em condições precárias; há vários contratos de trabalho dos professores precarizados, ou seja, que lhes mantêm numa situação instável na instituição; há serviços privados dentro do prédio público.

As consequências das Reformas Neoliberais

A despolitização dos estudantes facilita aos governos implantarem sua política de destruição da educação pública. Vêm com reformas na educação, dizendo que vão melhorar, mas sua essência é a privatização.

Percebe-se o sucateamento das escolas públicas, e o nível superior não está fora dessas situações. O ensino superior público é atacado com a Reforma Universitária. Porque ela vem no

6. Democracia no movimento estudantil

- Assembleias soberanas
- Critério de proporcionalidade para a constituição das direções
- Direito de divergência e manifestação

7. Apoio estudantil à luta dos trabalhadores

- Defesa das reivindicações dos assalariados
- Defesa da luta camponesa pela terra
- Campanha contra a repressão do Estado e dos patrões
- Campanha unitária pelo emprego a todos com aplicação da escala móvel das horas de trabalho

8. Formas de luta

- Método da ação direta
- Unidade na ação dos estudantes
- Unidade do movimento estudantil com o operário e camponês

9. Defesa do socialismo

- Luta contra o domínio imperialista
- Defesa das nações e povos oprimidos contra a opressão imperialista
- Luta pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva
- Defesa da constituição de um governo operário e camponês por meio da ação direta

sentido de privatizar o ensino superior e enriquecer cada vez mais os capitalistas da educação.

Qual a propaganda que tanto os governos (municipal, estadual e federal) fazem para os trabalhadores e os camponeses pobres? Que o jovem tem oportunidade de frequentar a universidade através do Pro-UNI. Porém, eles não conseguem ou têm dificuldades para se manter, porque têm de gastar com livros, comprar passagens, alimentação... E um grande número dos filhos dos trabalhadores está fora da escola e até sem emprego. Pesquisas do próprio governo demonstram que boa parte dos desempregados são juventude, os filhos dos trabalhadores e camponeses pobres.

O Estado deixa de aumentar as verbas para a educação para manter o pagamento da dívida externa e interna. Segue a política neoliberal perfeitamente, que é de destruição dos serviços públicos e em favor dos capitalistas nacionais e estrangeiros. As reformas que foram e serão aprovadas pelo Estado são contra a massa trabalhadora.

E o que se vê nas Universidades Públicas? Os jovens têm de passar pelo Vestibular, que deixa fora principalmente os filhos dos trabalhadores. Que não tiveram condições financeiras para estudar numa

escola particular ou até mesmo fazer um cursinho. Percebe-se que, no sistema capitalista, quem tem dinheiro tem educação. Depois, quando se consegue entrar na universidade pública, a situação é: não tem todos os livros na biblioteca ou são poucos, o curso tem modificações, como diminuição da grade curricular, professores com contrato precário, alguns serviços dentro do prédio público são privados, o estudante tem de pagar por viagem técnica e livros...

É importante saber de onde vêm os problemas. Para combater coletivamente a privatização da educação pública. Debater e organizar o movimento estudantil para que, de fato, as reivindicações sejam conquistadas. Tem que ter organização e discussão de onde vêm os problemas que os estudantes sentem na pele. Só assim se quebrará a idéia de que o problema é individual ou a de que tudo isso é normal. Com a despolitização a situação não poderá mudar.

As direções do movimento estudantil atuam ao lado dos governos

Temos visto nos últimos anos uma tremenda contradição: enquanto a educação atravessa uma grave crise, com privatização, destruição do ensino pú-

blico etc, o movimento estudantil tem retrocedido em sua organização e luta unificada. Ou seja, diante de duros ataques dos capitalistas e seus governos, o movimento permanece na inércia.

Em primeiro lugar, isso se explica pelo fato das direções majoritárias das organizações estudantis não possuírem um programa de luta. Segundo, as direções do movimento estudantil (UNE, Ubes, dirigidas pelo PCdoB e PT) apóiam os governos a fazerem reformas e remendos na sociedade capitalista, que para sua existência tem de colocar a maioria na miséria cada vez maior. Terceiro, não levam os estudantes a lutar pelas suas reais reivindicações, escola pública, gratuita e laica para todos, emprego com 4 horas no trabalho e o restante no estudo e lazer, através da mobilização. Quarto, não têm real independência política e organizativa em relação ao Estado e à política burguesa. Quinto: não desenvolvem a unificação com a luta dos trabalhadores e camponeses pobres. Conclusão: mantêm o movimento fragmentado e corporativista pela base. As entidades gerais são governistas e não unificam as lutas; as entidades de base se limitam às questões restritas ao curso, não desenvolvem a unificação das lutas.

É preciso organizar o movimento estudantil e mobilizar, porque só nas ruas se conquistarão as reivindicações.

Para responder aos problemas, temos de nos organizar

O CA tem de ser instrumento de ação coletiva dos estudantes para, através da mobilização, ganharem a força necessária para obter as reivindicações. O CA só vai ter importância se estiver organizado nessa perspectiva.

A mobilização requer formas organizativas próprias. As principais decisões são discutidas e votadas em assembleias, que são soberanas, ou seja, são superiores à diretoria do CA. As assembleias são a forma da democracia direta: os estudantes se mobilizam para discutir, decidem e eles mesmos põem em prática as decisões.

A soberania das assembleias é uma necessidade para a mobilização. Os estudantes se mobilizam pelas reivindicações comuns, aquelas que interessam a todos ou à grande maioria. A ação coletiva é uma necessidade para se obter a força que não se tem individualmente. A mobilização requer a unidade de ação. Essa unidade só se consegue se for possível a

livre expressão e manifestação de pensamento, a total liberdade de defender e discutir as diferentes propostas e a decisão por maioria, que permite à minoria preservar seus pontos de vista, acatando a decisão coletiva sem ser por imposição. As assembleias também avaliam a conduta da diretoria do CA nas tarefas cotidianas e diante dos problemas mais gerais. Por isso estão acima da diretoria do CA. As assembleias devem ser convocadas diante dos temas mais importantes, terem ampla divulgação entre os estudantes e com antecedência, de forma a permitir que se discutam as questões a serem decididas e que se possa convocar os estudantes a comparecer para defenderem suas posições.

Como fica o CA diante disso

A organização do CA também tem de se ajustar ao método da mobilização: a diretoria recebe dos estudantes a delegação de tocar o CA nas tarefas práticas do dia-a-dia. Para que essa diretoria aja democraticamente, tem de se organizar de forma a permitir a atuação de todas as correntes de pensamento do movimento: constituir-se de forma proporcional à força de cada corrente, funcionar de forma colegiada e apoiar-se nas assembleias para as decisões mais importantes.

A forma proporcional de composição da diretoria é aquela em que cada chapa participa da direção do CA de acordo com sua votação. Quem tem 20% dos votos fica com 20% dos membros da diretoria; quem tem 40%, fica com 40%; quem tem 5% fica com 5%. Essa forma permite que o CA expresse o movimento estudantil no seu conjunto, respeitando a condição de maioria e minoria; faz com que todas as correntes sejam experimentadas pelos estudantes na direção, de acordo com sua influência entre os estudantes; impõe a fiscalização de umas pelas outras; obriga uma transparência das contas (finanças). A forma proporcional corresponde ao CA de mobilização do conjunto dos estudantes pelas reivindicações. A forma majoritária (a mais votada leva todos os cargos) leva a uma diretoria de uma corrente política só; que pode ser minoritária em relação ao conjunto dos estudantes; não permite a experiência prática na direção com as demais correntes; não obriga a transparência nas finanças. A forma majoritária corresponde ao

CA de representação, que age como intermediário entre estudantes e direção da faculdade. Expressa a política de conciliação com a burocracia.

O funcionamento coletivo da diretoria do CA é aquele em que todos os diretores, independente do cargo que concretamente ocupem, agem de acordo com as decisões coletivas. As tarefas são discutidas e decididas coletivamente, até mesmo para as funções específicas (ensino, finanças, festas etc.). Dessa forma, o presidente, secretário ou o tesoureiro não tomam atitudes individualmente, à margem da discussão coletiva da diretoria ou do conjunto dos estudantes.

Movimento estudantil e luta pelo socialismo

As reivindicações do movimento estudantil dependem da força da luta unitária para serem conquistadas. Falamos da unidade geral entre os estudantes, mas é necessário ir além disso: contra o poder da burocracia que é instrumento dos governos e dos capitalistas, é preciso construir a unidade dos que estudam e trabalham na universidade: estudantes, funcionários e parte dos professores. É a assembleia geral universitária a forma de destruir o poder autoritário da burocracia, impor a autonomia diante dos governos e da burguesia e colocar a direção da universidade nas mãos dos que estudam e trabalham. Mas é preciso ir além dos muros da universidade: a satisfação plena das reivindicações depende da luta que se dá entre os explorados e os exploradores na sociedade (luta de classes). A profunda transformação que precisa acontecer na universidade depende da transformação do conjunto da sociedade, que é a luta da classe operária pelo socialismo. E depende de que a classe operária esteja dentro da universidade. Somente assim será possível acabar com a universidade de classe, universidade burguesa, e construir uma nova universidade. Não serão as políticas pequeno burguesas de retoques na universidade de classe que permitirão aos estudantes satisfazerem suas necessidades. Somente uma política proletária, que expresse os interesses e a luta da classe operária no interior do movimento estudantil, será capaz de levar o movimento estudantil à unidade com os trabalhadores assalariados na luta pela transformação mais geral da sociedade em socialista.

Publicamos abaixo o manifesto da Corrente Proletária Estudantil contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, que foi distribuído na plenária de movimentos que organizou o ato de protesto.

Barrar o reajuste de tarifas! Defender o transporte público! Lutar pela estatização sob controle dos trabalhadores e da população!

O anunciado reajuste das tarifas de ônibus de São Paulo para R\$ 2,40 (20% de aumento) é mais um ataque às condições de vida da população assalariada e estudantes. Tem impacto sobre os salários, já rebaixados, de uma grande parcela. Certamente, inviabilizará o transporte público para muitos, que não poderão arcar com esse custo adicional. Trabalhadores terão de caminhar para chegar ao trabalho, estudantes podem não ter mais como ir à escola.

O reajuste das tarifas de ônibus vem sendo feito muito acima da inflação há vários anos. Os governos do PT, PP e PSDB esmagam os trabalhadores e estudantes em benefício dos capitalistas do transporte. Aumentam as tarifas bem acima da inflação logo após as eleições, manobrando com esse aumento para enganar os usuários às vésperas da próxima votação.

Aproveitam os momentos de férias estudantis ou de feriados para aplicar o aumento, de forma a não ter de enfrentar a mobilização estudantil ou popular.

Com o reajuste das tarifas de ônibus, se favorecem as condições para que o metrô e o trem também sejam aumentados, de forma que trabalhadores e estudantes são ainda mais afetados.

O aumento das tarifas atende às necessidades de maior lucratividade do capital. A crise capitalista e o desequilíbrio das taxas de lucros em favor do capital especulativo pressionam para que os demais setores registrem maiores taxas de lucro. As empresas ligadas à produção aplicam tecnologia, demitem e aumentam a exploração do trabalho. As empresas de serviços aumentam suas tarifas e esfolam seus funcionários.

O transporte público vai se tornando cada vez mais restritivo à população assalariada e aos estudantes, porque obedece à lógica do mercado capitalista. A



única forma do transporte público não ser destruído em benefício dos parasitas capitalistas é através da estatização de toda a rede de transporte (transporte único público), e sob controle dos trabalhadores e da população.

Cabe aos movimentos populares, pelo passe livre, estudantil em geral etc. organizarem manifestações para protestar contra o reajuste e impedi-lo. Os comitês de mobilização por bairro, escola, local de trabalho etc. têm de se articular para barrar o ataque aos trabalhadores e à juventude.

Os estudantes podem cumprir um importante papel através de sua mobilização. A luta contra o aumento de tarifas é parte da luta em defesa do direito democrático à educação para todos. Não é possível garantir esse direito sem a existência de transporte que o permita ser exercido.

É preciso levar essa luta também ao conjunto dos trabalhadores nos transportes (condutores e cobradores, mecânicos etc.). A destruição do transporte é acompanhada pelo aumento da exploração do trabalho e cortes de direitos e de empregos. A unidade com a população assalariada e com os estudantes é que pode dar força para derrotar os patrões e conquistar a estatização. As bandeiras de defesa do emprego e salário a todos

os condutores e cobradores ajudam a unificar o movimento: salário mínimo real para todos, discutido e deliberado em assembléias de base; escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada sem redução de salários, divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, de forma a não haver ninguém desempregado). A unidade na luta dos movimentos com os trabalhadores do transporte multiplica a força da mobilização, porque afetam diretamente os donos das empresas de transporte.

Os sindicatos operários também devem colocar como reivindicação o direito ao transporte público, a defesa da estatização sob controle popular. Muitos trabalhadores já são obrigados a ir a pé ao trabalho por falta de dinheiro para pagar as passagens elevadas. Muitos mais ainda o serão, pelo aumento da tarifa muito superior ao dos salários. A força econômica da luta da classe operária seria decisiva no enfrentamento aos capitalistas do transporte.

Os comitês de mobilização e as assembléias populares onde for possível construí-las são as formas organizativas próprias da luta de massa, capaz de ganhar a força necessária para derrotar os governos e os capitalistas do transporte. A unidade para a mobilização se obtém com uma ampla campanha que aponte sem camuflagens as bandeiras de nenhum reajuste e defesa da estatização sob controle dos trabalhadores e da população, e com a mais ampla democracia operária, liberdade de manifestação e expressão das propostas a serem debatidas e deliberação pela maioria. A resposta de defesa da vida das massas se dá com a luta de classes e a unidade dos movimentos contra os capitalistas e seu governo.

Contra as prisões e perseguições políticas

Publicamos abaixo o manifesto de convocação da reunião do Comitê contra as prisões e perseguições políticas, que se reuniu no último dia 18/11 em São Paulo, para organizar uma campanha contra a condenação de 11 ativistas do movimento sem terra no Vale do Paraíba. A luta contra a repressão é parte da luta dos explorados contra os exploradores, que a utilizam como instrumento para aplicar suas determinações, enfim sua ditadura de classe. O combate à repressão é parte da defesa das reivindicações das massas.

MANIFESTO DO COMITÊ DE LUTA CONTRA AS PRISÕES E PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS

NOVA OFENSIVA ÀS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS

Dessa vez, estão na mira do Estado burguês lideranças, militantes e apoiadores do MST do Vale do Paraíba. Em 2000, foi ocupada uma fazenda do latifundiário/empresário Severo Gomes. Na verdade, eram terras devolutas; quer dizer, terras públicas griladas em outros tempos, e acertadamente invadidas pelos trabalhadores a fim de ter alguma utilidade. Trata-se de uma fazenda denominada Santa Rita, em São José dos Campos. Na época, muitas manifestações foram realizadas para que os trabalhadores rurais pudessem ter acesso definitivo, a posse da terra, o que se deu.

Atualmente, decorridos 6 anos, 11 companheiros e companheiras foram condenados, em regime fechado, tendo sido negados todos os recursos em todas as instâncias judiciais. O que não é nenhuma novidade. Quando se trata de propriedade privada, prevalece o velho bordão “*dura lex, sed lex*”. “*A lei é dura, mas é a lei*” - só para os oprimidos, obviamente. Está cheio de ladrão neste país - de colarinho branco - e cadeias, que se multiplicam por todo o país, só para “os de baixo”. Nem mesmo o baixo clero é atingido.

Paralelamente a estas mais recentes perseguições políticas, vários companheiros lutadores estão sendo procurados. Quando se trata de dirigentes do MST, todos ficam sabendo pela imprensa burguesa. Porém, poucos neste país sabem da existência de duas dezenas de camponeses pobres presos em Rondônia, há mais de um ano.

Da mesma forma, em São Paulo, além das cinco demissões políticas de 2000, cerca de 45 professores (as) estão submetidos a inquéritos policiais e processos administrativos. Quando estes processos forem concluídos, a direção da Apeoesp solta uma nota de pesar e tudo continua como dantes. Afinal, dentre os perseguidos por Covas/Alckmin não se encontra um só militante ligado ao PT que dirige a Apeoesp. Tudo nos leva a concluir que estas cassações interessam tanto ao PSDB quanto ao PT, Uma forma de isolar a militância mais aguerrida. Diante dos acontecimentos, só nos restam campanhas em defesa destes lutadores, a solidariedade ativa e de classe deve falar mais alto do que o silêncio dos vendidos ao sistema capitalista, que se educam e se aprimoram para a corrupção e o gangsterismo. Com a agudização da crise capitalista e o conseqüente acirramento da luta de classes, estes pontos, ainda obscuros para alguns militantes combativos, vão ficar mais claros. O fascismo não se limita, como sugere a social-democracia petista, aos corredores da *Opus Dei* de Alckmin... Milímetros separam o banditismo e o gangsterismo petista do fascismo.

Qualquer tentativa de organizar os trabalhadores pelo viés

da ação direta, a repressão bate pesado. Foi assim no Governo FHC, ocasião em que pelo menos 29 trabalhadores rurais foram mortos nos massacres de Eldorado de Carajás e Corumbiara, no Pará. O mesmo se dá no Governo Lula, que enquadrando 115 trabalhadores rurais do MLST na Lei de Segurança Nacional (sim, aquela da ditadura militar); acusados de terem depredado o bibelô burguês, o Congresso Nacional, em meados deste ano. E se o MST sair da postura *light* de fazer luta com o objetivo de arrancar migalhas e partir para o enfrentamento como se via no Governo FHC, o atual governo petista manda igualmente descer o cacete. A lógica é esta: quem ousar atravessar a barreira da luta parlamentar, é criminalizado. Vale para o simples funcionário do correio, para o notório dirigente do movimento social ou para os 11 da Fazenda Santa Rita, enquadrados em vários artigos da Inquisição burguesa, o tal Código Penal. No 2º mandato do “Lulinha paz e amor” vão ser encaminhadas uma série de reformas que vão retirar mais direitos dos trabalhadores, em particular a da Previdência, que prevê elevar para 70 anos a idade mínima para se aposentar. A CUT capitulou desde os tempos de FHC. Quem não se lembra das privatizações da Usiminas, Vale do Rio Doce, CSN? A CUT não foi para o confronto e FHC privatizou tudo sob as barbas e os olhares condescendentes destes pelegos. Hoje, *chapa-branca* assumida, ninguém conta com a CUT, favorável ao livre mercado e à reestruturação produtiva, como se comprovou na última greve da Volks, ao convencer 3.600 trabalhadores a votarem na própria demissão, via PDVs. O confronto será o divisor de águas para qualquer alternativa de esquerda que se proponha fazer oposição a Lula/PT/CUT. Para enfrentar a Ditadura do Capital - militar ou civil - é necessário o confronto, as greves, os piquetes, as ocupações.

- Fim das prisões e perseguições políticas;
- Liberdade de organização, expressão e manifestação;
- Contra a criminalização dos lutadores do movimento operário e camponês;
- Em defesa das ocupações;
- Fim da L.S.N (Lei de Segurança Nacional);
- Retirada imediata dos inquéritos policiais e processos administrativos instaurados contra os professores;
- Readmissão imediata dos cinco professores demitidos na greve de 2000;
- Liberdade para todos os presos políticos dos Governos FHC/Alckmin e Lula.

O que esperar da marcha a Brasília que será realizada pelas centrais sindicais?

No dia 6 de dezembro, a CUT e outras centrais sindicais farão uma marcha a Brasília para cobrar do governo três reivindicações: 1. Aumento de 20% no salário mínimo, que passaria de R\$ 350,00 para R\$ 420,00 no próximo ano. 2. Correção de 7,7% na tabela do Imposto de renda. 3. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

No ano passado, essas mesmas centrais sindicais realizaram uma marcha a Brasília. A pauta de reivindicação também era a redução da jornada sem redução de salários, correção da tabela do imposto de renda e aumento do salário mínimo (na época o salário mínimo era R\$ 300,00 e as centrais reivindicavam R\$ 350,00). Analisando o resultado da marcha do ano passado, podemos dizer sem temor que não existe seriedade por parte das centrais sindicais, nem interesse de fazer uma verdadeira luta em defesa das reivindicações dos trabalhadores contra o governo burguês de Lula, que eles ajudaram a reeleger.

As centrais sindicais e principalmente a CUT organizam estas marchas apenas fazer de conta que estão cobrando o governo. Na verdade, com as marchas, tentam mascarar seu apoio ao governo traidor de Lula que, em quatro anos, pagou mais de R\$ 450 bilhões de juros das dívidas internas e externas, tem garantido altos lucros aos banqueiros, emprestou bilhões para as multinacionais, como a Volkswagen, que demitiu mais de 5 mil trabalhadores, ou seja, apoio a um governo que tem garantido os interesses da burguesia (exploradores) em detrimento da miséria da maioria explorada. Os pelegos são tão descarados que no ano passado, por exemplo, quando as centrais sindicais fizeram a passeata a Brasília, o governo já havia definido que o salário mínimo passaria de R\$ 300,00 para R\$ 350,00. A passeata, como já dissemos, foi apenas para fazer média. Logo depois que a pauta foi entregue, o governo aumentou o salário mínimo para R\$ 350,00. Um salário mínimo de miséria, que serviu, depois, tanto para o presidente da CUT, na época (Luiz Marinho), quanto para o presidente da Força Sindical (Paulinho), posarem para a foto e ainda terem coragem de declarar para toda a imprensa que a marcha tinha sido vitoriosa. Disseram isso porque certamente eles têm seus gordos salários e não têm de sobreviver com R\$ 350,00.

Não à proposta de salário mínimo de fome reivindicado pelas centrais sindicais e o do governo.

É preciso defender um salário mínimo vital, que atenda às necessidades dos trabalhadores e suas famílias, a escala móvel das horas de trabalho - redução da jornada sem redução de salários - e nenhuma cobrança de impostos sobre os salários.

1. A marcha desse ano será mais um teatro. Faremos um comentário sobre o conteúdo das três reivindicações da marcha e perceberemos que se trata de mais uma fachada. **A primeira reivindicação diz respeito ao salário mínimo.** Este ano, as centrais sindicais estão reivindicando um salário mínimo de R\$ 420,00, que também manterá a fome e a miséria dos trabalhadores e suas famílias. O governo já sinalizou que poderá aumentar para R\$ 375,00. No final, sejam R\$ 375,00 ou R\$ 420,00 o salário definido pelo governo, serão os trabalhadores que sofrerão com mais um salário mínimo de fome. Ao não defende-

rem um salário mínimo vital, os dirigentes sindicais pelegos estão contribuindo com a manutenção do sistema capitalista de exploração. Os patrões e os governos burgueses irão sempre dizer que é impossível um salário mínimo vital. Está aí porque não podemos permitir que o salário mínimo seja definido pelos patrões e seus governos. Os trabalhadores em suas assembleias são quem deve debater e aprovar qual deve ser o valor do salário mínimo necessário para sua sobrevivência e de sua família.

A segunda reivindicação das centrais é a correção da tabela do imposto de renda em 7,7%.

Essa reivindicação rebaixada representa bem a política ilegítima e conciliadora das centrais sindicais, que não querem o menor conflito com o governo PT/Lula. Atualmente existe uma defasagem de mais de 60% na correção da tabela do imposto de renda. Portanto, a reivindicação deve ser correção total da tabela do imposto de renda e fim da cobrança de imposto de renda sobre os salários dos trabalhadores. Os capitalistas são quem deve pagar pelos custos de seu sistema falido e não os trabalhadores. É preciso defender pelo método da ação direta as reivindicações econômicas mais sentidas das massas para colocá-las em luta política contra os governos burgueses e seu Estado. É preciso transformar as reivindicações econômicas em luta política contra o sistema capitalista de exploração.

A terceira reivindicação das centrais sindicais ao governo é a redução da jornada para 40 horas semanais.

Podemos dizer que essa reivindicação é a que mais demonstra a hipocrisia dos dirigentes que organizam a marcha, e mais, que os pelegos a colocaram na pauta apenas "para encher lingüiça". Essas mesmas centrais sindicais que estão organizando a marcha a Brasília não têm feito uma luta conseqüente em suas bases, organizando os trabalhadores para conquistar a redução da jornada sem redução de salários. O contrário tem acontecido. O sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que é ligado a CUT, por exemplo, ao invés de organizar os metalúrgicos do ABC em defesa da redução da jornada sem redução de salários para combater as demissões, fez o oposto: em agosto deste ano, negociou um acordo que permitiu a Volkswagen demitir 3600 trabalhadores na unidade Anchieta, 700 em Taubaté, reduzir os salários e retirar vários direitos trabalhistas. Está aí porque dizemos que não existe seriedade nem interesse por parte das centrais de organizar uma luta conseqüente em defesa das reivindicações elementares dos explorados contra os patrões e o governo burguês de Lula.

É preciso derrotar a burocracia sindical cutista e não cutista que se encontra na direção dos sindicatos e construir uma direção independente, de luta, classista, revolucionária para organizar um movimento nacional que una empregados e desempregados, camponeses, estudantes e demais oprimidos do país, para conquistar pelo método da ação direta, reivindicações como:

- **Salário mínimo vital**, que atenda às necessidades de uma família e que seja calculado pelas assembleias de trabalhadores.
- **Escala móvel das horas de trabalho**, divisão de todas as horas produzidas no país entre empregados e desempregados.

Nesta edição:

- Evo e seu governo servem fielmente ao imperialismo e à burguesia
- 89 anos da Revolução Russa

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Bolívia

Evo e seu governo servem fielmente ao imperialismo e à burguesia

A pobreza e o atraso na Bolívia têm culpados: o imperialismo (multinacionais) e a burguesia vendida (empresários privados). Evo e sua quadrilha deixam que eles prosperem através do aumento da miséria do país.

Em toda a história da Bolívia, as empresas privadas, tanto as nacionais como as estrangeiras (multinacionais, agronegócios, financeiras etc.) exploraram e exploram o país, deixando-o no atraso. As pequenas propriedades (microempresas, cooperativas, sítios, artesanatos etc.) são expressões desse atraso. Na mina e engenho de HUANUNI, por exemplo, a multinacional que se apoderou dela ganhou uma fortuna, e depois a deixou ao “deus dará”, até que os mineiros a expulsaram com suas mãos. Os mineiros tiveram de administrar a empresa, levando-a adiante e, por fim, tiveram de enfrentar os mineiros cooperativados, expressão da pequena propriedade atrasada que almeja ser uma grande empresa privada, uma minoria de cooperativistas, atuando como empresários saqueando o estanho da região, explorando seus próprios irmãos, somente para fazer fortunas pessoais.

Os mineiros, enquanto operários assalariados, ao defenderem a empresa e exigirem a recuperação das jazidas das mãos dos cooperativistas para que passem para a COMIBOL (Companhia Mineira Boliviana - estatal), instintivamente estão reivindicando a defesa da propriedade social dos meios de produção, ou seja, a produção indus-



Evo é incapaz de realizar a nacionalização

trial (tecnificada) de um recurso, com controle operário coletivo, que serve não só aos trabalhadores, mas que dá benefícios para a sociedade em conjunto. É claro que somente a defesa da Comibol perante uma empresa privada (seja ela grande ou pequena) não é suficiente. Devemos assinalar que se deve socializar todos os meios de produção, isso quer dizer, destruir a grande propriedade burguesa e também a pequena, transformando-as em propriedade social, assimilando os cooperativados, transformando-os em operários.

Essa tarefa só poderá ser cumprida pelo governo operário e camponês saído de uma revolução. De outra forma, essa empresa estatal nas mãos do Estado burguês só servirá para que a classe dominante a sugue em seu próprio benefício, como ocorreu no passado.

Evo, o demagogo, fala de “nacionalização de Huanuni” quando continua vendendo a pátria como em Amayapampa, como o Mutun, como os combustíveis etc. etc.

A) Destruir a grande propriedade privada dos meios de produção que se encontra nas mãos do imperialismo e da burguesia para transformá-la em propriedade social (socialismo) que administrada pelos operários e camponeses poderá superar o atraso e a miséria através da propriedade social.

B) Para consegui-lo devemos expulsar as multinacionais e expropriar os empresários privados, latifundiários, banqueiros. Por meio da revolução social. Somente com a ação direta (violência revolucionária) arrancaremos as botinas destes piratas.

C) Para manter nossas conquistas sociais, devemos por em pé o governo operário e camponês (ditadura proletária) ditadura da maioria explorada e oprimida que governará a partir dos cabildos abertos, das assembléias de representantes e dos órgãos de poder das massas (onde a direção será revogável e não ganhará mais do que um operário ou o fará de graça).

D) Frente a demagogia do MAS devemos exigir trabalho estável, saúde e educação gratuitas.

Com o Partido Operário Revolucionário rumo ao Socialismo !!!

Extraído do Jornal “Masas” Boliviano nº 2017, novembro de 2006

89 anos da Revolução Russa

Publicamos o Manifesto de chamado “Todo Poder aos Soviets”, escrito por Lenin em 13 de outubro de 1917, segundo o nosso calendário.

Aos Operários, Camponeses e Soldados

Camaradas! O partido dos “socialistas revolucionários”, a qual pertence Kerenski, os exorta, em seu jornal Dielo Naroda (de 30 de setembro) a “agüentar”.

“É necessário agüentar” escreve, e exorta deixar o poder ao governo de Kerenski, exorta a não entregá-lo aos soviets de deputados operários e soldados. Que Kerenski se apóie nos proprietários de terras, nos capitalistas e nos Kulaks; que os soviets, que fizeram a revolução e derrotaram os generais de Kornilov, “agüentem”, nos diz. Que “agüentem” até a Assembléia Constituinte, que de pronto será convocada.

Camaradas! Olhem ao redor de vocês, observem o que está ocorrendo no campo, observem o que está ocorrendo no exército e compreenderão que os camponeses e soldados não podem mais tolerá-lo. Por toda a Rússia transborda como um largo rio um levante de camponeses, aqueles que até agora lhes têm negado a terra com mentiras. Os camponeses não podem mais tolerá-lo. Kerenski fez um novo acordo com os generais e oficiais kornilovistas, que apóiam os proprietários de terra.

Nem os operários das cidades, nem os soldados da frente, podem tolerar essa repressão militar da justa luta dos camponeses pela terra.

Pelo que ocorre no exército na frente, o oficial apartidário, Dubásov, declarou diante de todo o país: “Os soldados não continuarão lutando”. Os soldados estão extenuados, os soldados estão descalços, os soldados têm fome, os soldados não querem lutar pelos interesses dos capitalistas, não querem “agüentar” quando os convida com formosas frase sobre a paz, entretanto vem postergando há meses (como faz Kerenski) a concessão da paz, a oferta de uma paz justa sem aneações a todos os povos beligerantes.

Camaradas! Saibam vocês que Kerenski está de novo negociando com os generais e oficiais kornilovistas para que

dirijam tropas contra os soviets de deputados operários e soldados, para que impeçam que os soviets conquistem o poder. “Kerenski não se submeterá aos soviets sob nenhum conceito”, o reconhece abertamente Dielo Naroda.

Vão, pois, aos quartéis, às unidades de cossacos, aos trabalhadores, e expliquem a verdade:

Se o poder está em mãos dos soviets, então, o mais tardar em 25 de outubro (se o Congresso dos Soviets se inaugura em 20 de outubro), se oferecerá a todos os povos beligerantes uma paz justa. Teremos na Rússia um governo de operários e camponeses, que imediatamente, sem perder um só dia, proporá uma paz justa a todos os povos beligerantes. E então saberá o povo quem deseja uma guerra injusta. Então o povo decidirá na Assembléia Constituinte.

Se o poder está em mãos dos soviets, as terras dos grandes proprietários serão declaradas, imediatamente, propriedade e patrimônio de todo o povo.

Contra isso lutam Kerenski e seu governo, apoiando-se nos kulaks, nos capitalistas e nos grandes proprietários rurais.

Eis aqui para quem e quais interesses pedem vocês que “agüentem”.

Estão dispostos a “agüentar” para

que Kerenski possa empregar a força das armas para reprimir os camponeses que se levantaram pela terra?

Estão dispostos a “agüentar” para que a guerra possa prolongar-se, para que possam postergar-se a oferta de paz e a anulação de todos os tratados secretos do ex-czar com os capitalistas russos e anglofranceses?

Camaradas! Recordem que Kerenski já enganou uma vez o povo quando prometeu convocar a Assembléia Constituinte! Em 8 de julho prometeu somente convocá-la no mais tardar em 17 de setembro, e enganou o povo. Camaradas! Aqueles que acreditam no governo de Kerenski traem seus irmãos, os camponeses e soldados!

Não, o povo não está disposto a tolerar nem um só dia mais os retardamentos!

Não podemos tolerar nem mais um dia que os camponeses sejam reprimidos pela força das armas, que milhares e milhares de homens morram na guerra, quando se pode e se deve oferecer imediatamente uma paz justa.

Abaixo o governo de Kerenski, que se alia com os generais proprietários de Kornilov para reprimir os camponeses, para metralhar os camponeses, para prolongar a guerra!



Palestra e Debate

A vigência do marxismo nos 89 anos da Revolução Russa

Local: UECE - Itapery Sala 10 bl G
Data: Sábado 18 de Novembro 16h

Promoção: Partido Operário Revolucionário/POR